

Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Mesmo no longo prazo é arriscado

Um paradigma que se estabeleceu no estudo das finanças deixa claro que o investimento em ações é aconselhável apenas para o longo prazo e com isso entende-se acima de cinco anos. Mas, fazendo um apanhado do retorno do Ibovespa que representem 80% dos negócios nos 12 meses que antecedem a formação da carteira, nos últimos dez anos (de maio de 2000 a abril de 2010) verificamos que o retorno do Ibovespa ficou em 337,36%. Enquanto isso, o do CDI, *benchmark* utilizado para aplicações mais conservadoras tais como fundos DI e fundos de Renda Fixa, ficou em 331,09%. É uma diferença de apenas 6,27 %.

Essa tímida diferença é explicada pela distorção das taxas de juros no Brasil, que torna as ações menos competitivas em relação as aplicações conservadoras mesmo no longo prazo. Entretanto, é válido dizer que as remunerações das aplicações ligadas diretamente ao CDI não serão mais as mesmas que foram antigamente, o que influenciou essa pouca diferença entre os índices. Hoje, a Selic tem como meta o patamar de 9,5% a.a., enquanto a mesma já chegou a 21,32% a.a. (entre maio de 2002 e abril de 2003). Tudo leva a crer que a tendência é que Selic não atinja mais patamares como o citado, embora ainda possa crescer mais para inibir o crescimento inflacionário presenciado nos últimos meses.

Nesses dez anos, podem ser encontrados alguns movimentos fortes de baixa no Ibovespa gerados por algum tipo de crise seja local ou mundial. Entretanto, esses ocorridos já estão previstos na teoria, e justamente por eles que se recomenda o investimento para o longo prazo. Embora em dez anos a diferença entre os índices não seja muito significativa, a diferença dos mesmos entre o início de 2003 a final de 2007 (em cinco anos) foi de 347,82%. A disparidade entre as diferenças é explicada por um período de bonança na bolsa comparado a iguais períodos conjugados com outros de turbulência.

O momento atual também é de cautela nas bolsas. A crise em alguns países europeus, em especial a Grécia, aumenta a aversão ao risco dos investidores o que determinou fortes baixas nas principais bolsas do mundo, incluindo a Bovespa, e uma forte alta do dólar, que no Brasil chegou a subir quase 6% num único dia. Um importante passo foi dado para diminuir aversão dos mercados: o anúncio, pela União Europeia e o FMI, de pacotes de ajuda que juntos totalizam US\$ 940 bilhões. A princípio, a medida ajudou a tranquilizar os ânimos, mas aos poucos ficou clara a preocupação dos mercados sobre a capacidade dos países em crise diminuírem seus déficits orçamentários, e as bolsas mundiais voltaram a recuar e o Dólar a se valorizar frente ao Real. Já que o problema ainda não está resolvido, é preciso rever políticas macroeconômicas, numa época que o mundo saía de uma crise que estagnou economias na Europa.



CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852

E-mail: proteste@proteste.org.br

Site: www.proteste.org.br

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores

Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

Desta forma, o cenário não se apresenta favorável para o investimento em bolsa, sobretudo o especulativo. Para o longo prazo, apesar da pouca vantagem do investimento em bolsa perante o investimento atrelado à taxa CDI nos últimos dez anos, o investimento é viável. Ainda sim, é aconselhável esperar o período de grande turbulência acalmar para que existam ofertas de ações mais baratas. O longo prazo é quase condição necessária para a viabilização de lucros na bolsa mas não é suficiente: é importante saber a hora de entrar e sair do mercado.

Novas regras para os bancos

A crise econômica-financeira que atingiu o mundo em meados de 2008 ofereceu algumas lições em termos de solidez bancária. A crise, que foi marcada pela quebra de importantes bancos estrangeiros, mostrou o quanto vulnerável estava o sistema, e depois que o período de caos passou é fundamental que se tomem medidas para fortalecer o sistema bancário internacional. No cenário internacional, a intenção é que se apliquem novas regras no sentido de reforçar o capital e as reservas de liquidez dos bancos para que eles fiquem mais fortalecidos. Para isso, é fundamental discutir alguns aspectos como supervisão bancária, controle do risco e o grau de alavancagem dos bancos (isto é, diminuir as dívidas maiores que seu patrimônio). Atualmente, segundo o acordo de Basiléia, que regulamenta as exigências mínimas de capital dos bancos, o índice mínimo de capitalização dos bancos é de 8% dos ativos ponderados pelo risco. Isto é, os bancos devem ter no mínimo 8% dos riscos assumidos em seus ativos. A intenção é que o nível de capitalização dos bancos suba, diminuindo assim a vulnerabilidade dos mesmos.

Entretanto, este parâmetro não se estende aos bancos localizados em países emergentes. O Brasil exige que os bancos tenham capitalização mínima de 11%. Esta razão aliada a uma regulação financeira muito mais burocrática, explica porque estes países não tiveram problemas significativos durante a crise financeira. Além disso, o país se demonstra mais avançado em relação a questões referentes a transparência e gestão de risco das operações. Com a tentativa de reformulação das regras, o temor generalizado nos emergentes é que as exigências em relação ao capital subam ainda mais, o que dificultaria mais a viabilização de suas operações, tais como a concessão de créditos. O Banco Central do Brasil, entretanto já sinalizou que não pretende deixar mais severas as exigências de capital apenas para manter a situação de regulamentação mais dura que nos países desenvolvidos. Apesar disso, o BC tem grande interesse em que o ambiente regulatório internacional seja fortalecido, uma vez que alguns bancos brasileiros estão se internacionalizando, e a disparidade de regras poderia trazer um risco de importação de alguma crise bancária o que afetaria diretamente o país.

Uma nova classe

Um balanço do cenário pós-crise – final de 2009 e início de 2010 – através de indicadores sócio-econômicos mostra as tendências e preocupações que devem consideradas nos próximos anos.

Os indicadores baseados em renda nos mostram que a classe C (renda entre R\$ 1.115 e R\$ 4.808) representa 53,6% da população segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Mais ainda, a classe C detém 46% da renda, enquanto as classe A e B têm 43% da renda. Podemos então dizer que se trata de

uma nova classe concentradora de poder de compra, importante tanto economicamente como politicamente.

Análise dos dados desde o final de 2003 até o final de 2009 confirmam que de fato houve um aumento da renda per capita, ou seja o poder de compra das famílias aumentou, além do crescimento na geração de empregos formais. O nível de desigualdade, medido pelo índice de Gini, também caiu, permitindo maior mobilidade, com uma parcela da classe D emergindo para a C. Estes aspectos permitiram o surgimento deste novo setor predominante.

Obviamente a notícia dessa queda na desigualdade é bem vista mas abre caminhos para o debate sobre como tratar este novo setor. A principal característica é o ingresso desta nova massa de consumidores no mercado de crédito. Daí cabe avaliar em como está se dando o comprometimento de renda destas famílias, como se enquadram os gastos com dívidas, como estão comprometendo o seu orçamento com encargos de dívidas e aí voltamos para a velha questão das elevadas taxas de juros. Não podemos desconsiderar que aqueles que emergiram da classe D para a C não têm a vivência de crédito e logo representam um sinal de alerta para o sistema. Há que se pensar nos níveis de inadimplência possíveis a partir de agora assim como em oferecer crédito de maneira consciente para este público, ou seja envolve a responsabilidade das instituições credoras.

Dados da Associação Comercial de São Paulo confirmam a inadimplência mais alta entre os novos participantes do mercado de crédito. Dos consumidores que tomaram crédito pela primeira vez em agosto de 2009, 8,4% têm prestações atrasadas há mais de 3 meses, enquanto a taxa cai para 6,7% entre os que já tomaram crédito antes.

Trata-se de uma classe com inúmeras necessidades e que hoje vê, ao seu alcance, ampla gama de bens e serviços e tende a contratar vários créditos ao mesmo tempo, em função da grande oferta. Ou seja, a tendência é de endividamento

O crédito tende a continuar aumentando, embora a taxas menores, pois os principais incentivadores, que são a massa salarial e os bons números do emprego, se mantiveram.

O balanço pós crise nos mostrou que apesar da abertura externa crescente e do crescimento do crédito, o Brasil se encontrava ainda pouco vulnerável a estes canais de transmissão pois ainda somos uma economia relativamente fechada e regulada financeiramente. Agora colhemos os frutos de chegar neste ano com bons indicadores sociais, mas que exigem que as atenções se voltem para esta nova classe

Dicas da PROTESTE

- Dar preferência, no momento, a aplicações pós fixadas.
- Evitar entrar em financiamentos de longo prazo.
- Investir em renda variável somente para o longo prazo (cinco anos).
- Apostar em previdência privada só para períodos a partir de 15 anos.
- Fugir do rotativo do cartão de crédito.
- Substituir dívidas com o CET maior por outras com um CET menor.